

ATA DA 138ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de julho de 2005, na sala de reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP, à Rua Rodrigues Alves, 261, na cidade de Paranaguá - PR., às 09h00, sob a presidência do **Sr. Hélio José da Silva** reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos **Conselheiros**: Sérgio Botto de Lacerda, Rogério Distéfano, José Baka Filho, Ruy Alberto Zibetti, Admilson Lanes Morgado Lima, Carlos Alberto Silveira Calvo, Michael Martins da Silva, Carlos Roberto Frísoli, Carlos Gilberto Guadahim Matoso, Leonardo Luiz Vicente, Wilson Moraes da Silva, Ademir Scomasson, Maria do Socorro de Oliveira, Carlos Alberto Martins da Costa, Zulfiro Antonio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Aírton Galinari, Adriano Gustavo Vidal, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Corrêa e João Gilberto Cominese Freire. **Convidados**: CPPR - CMG. Francisco dos Santos Moreira, FAEP - Nilson Hanke Camargo, OGMO - Dautro do Nascimento, SINDAPAR - Luiz Fernando Mazzitelli e Laís Sávio, DPF - João Augusto Q. Santos, DRF - João Batista Firmiano, CEXPAR - Neri Becchi Dal Prá, APPA - Xênia Karina Arnt, Stella Maris Bittencourt, Ogarito Borgia Linhares, Kelly Frizzo e Priscila Pereira Mello. **Justificativa da Ausência**: Cons. Jorge Tacla Filho e Cons. Luiz Henrique Roos **1- Abertura dos Trabalhos**: O **Presidente** iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Deu início a **Ordem do Dia**, - **2- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS** - 130ª, 132ª, 136ª e 137ª Reuniões Ordinárias do CAP. **Presidente**: coloca que embora tenha havido esforços por parte da Secretaria do CAP, a Ata da 130ª reunião ordinária não se encontra em condição de ser apreciada, esperando poder apreciá-la na próxima reunião, entretanto as atas da 132ª e 136ª reuniões foram distribuídas com antecedência, desta forma, indaga aos Conselheiros se estas poderiam ser aprovadas. Em não havendo nada em contrário ou a acrescentar, **foram aprovadas as redações das atas da 132ª e 136ª Reuniões Ordinárias do CAP**; **3- DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS E PUBLICAÇÕES DOS ATOS DO CAP E LOCAL PARA REUNIÕES DO CONSELHO** - Secretaria do CAP; **Presidente**: Coloca que de acordo com decisão de reunião anterior foi reiterado à Administração do Porto a viabilização da publicação dos atos do CAP e informações básicas através do site do Porto na Internet, assim como restabelecer as condições das instalações físicas do CAP junto à APPA, para retorno das reuniões ao ambiente natural do CAP. Diante dessas questões, gostaria de ouvir o representante da APPA - Cons. Ruy, sobre estas questões. **Conselheiro Ruy Alberto Zibetti**: informa que as obras de reforma das instalações do CAP estão em fase adiantada e que em pouco tempo estarão prontas, embora não possa precisar data para isto. Com respeito à divulgação de informações no site o ideal é que o CAP tivesse um espaço próprio para a divulgação de suas informações, e não junto com as outras informações do Porto, até mesmo por uma questão de responsabilidade ou comprometimento de publicidade. Desta forma, acredita que em curto espaço de tempo estas questões poderão ser resolvidas. **Presidente**: pondera ao Conselheiro, que quanto ao espaço físico, entende e espera que seja restabelecido o mais breve possível; quanto à divulgação de informações ou atos do CAP no site do Porto, entende que o CAP pertence ao Porto Organizado de Paranaguá, e mesmo com diferentes papéis, não são entidades distintas, não fazendo sentido um outro site para o CAP. O que se pretende é um ícone no site do Porto, onde se pode encontrar as informações básicas do CAP. Coloca ainda que em relação à publicação dos atos deliberativos deste Conselho, trata-se meramente de um ato administrativo, de encaminhar ao Diário Oficial do Estado e publicá-los, não existindo outra razão, uma vez que houve determinação do Ministério dos Transportes, mediante parecer jurídico, da ANTAQ e do



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAÍBA E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 420-1142 - Fax (41) 420-1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Tribunal de Contas da União para estas publicações, acreditando que o estabelecido em lei é claro. **Cons. Ruy:** coloca que tem feito o possível para atender aos pleitos do CAP, mas que esta questão acende a sua competência e responsabilidade, entendendo que talvez o Cons. Dr. Sergio, pudesse contribuir com esta questão, já que se trata de publicação em veículo oficial do Governo do Estado. **Conselheiro Sergio Botto de Lacerda:** Coloca ao Presidente que se compromete a analisar estes pareceres e documentos a que se referiu, a partir da disponibilização dos mesmos, podendo trazer na próxima reunião, uma definição ou posição sobre o assunto. **Cons. Ruy:** coloca que se lhe for concedido tempo e espaço poderá trazer sua equipe para explanação sobre o sistema de informações a ser implantado na APPA, o qual foi discutido com o Presidente na própria ANTAQ, colocando sobre as dificuldades de implantação do mesmo e previsão de prazo para tal. **Presidente:** coloca ao Cons. Sergio que os documentos lhes serão encaminhados pela Secretaria do Conselho e esclarece ao Cons. Ruy que, a reunião que aconteceu em Brasília para tratar de assuntos relacionados à informática, não se referiu em nenhum momento ao CAP, mas estritamente entre a APPA e a ANTAQ, tratando da coleta eletrônica de dados estatísticos e da expansão do sistema de desempenho portuário e que tem tido todo o apoio da Administração do Porto neste sentido, algo que tem sido sempre destacado. Porém a divulgação de informações do CAP é uma outra questão a ser resolvida. **Cons. Ruy:** Como forma de finalizar a questão, coloca que reiterará a solicitação junto à sua equipe, mas que esta estaria sem condições no momento de viabilizar tal pleito, e que, se necessário fosse, poderia trazer sua equipe neste CAP, para esclarecer tais razões e fatos. **Presidente:** agradece as colocações do Cons. Ruy e gostaria de ouvir o Conselho a respeito da não publicação dos atos do CAP, pois tem o dever de ofício de comunicar ao Ministério dos Transportes e à ANTAQ, em razão de decisão anterior de reiterar à Administração do Porto, e em não acontecendo as publicações, comunicar a estes Órgãos. **Conselheiro Carlos Roberto Frisoli:** em virtude das dificuldades encontradas e ora relatadas pelos representantes da APPA, sugere que se publiquem os atos do CAP diretamente no Diário Oficial da União, comprometendo-se através do SINDOP de doar o pagamento das publicações, encerrando definitivamente esta polêmica. **Presidente:** coloca ao Cons. Frisoli que além desta proposta, existe a solicitação do Cons. Sergio para análise da matéria e posterior posicionamento. **Cons. Frisoli:** entende que se depois o Cons. Botto concluisse que os atos deveriam ser de fato publicados de fato, que os fossem também no Diário Oficial do Estado, mas enquanto isso não ocorre, se publica no Diário Oficial da União, através da ajuda do SINDOP, resolvendo de imediato esta questão, já que a APPA alega problemas técnicos para tal. **Presidente:** esclarece que os problemas técnicos seriam para a divulgação das informações no site e não para a publicação dos atos do CAP, já que isto comprovadamente é obrigação legal da APPA, Assim sendo, ***decidiu-se encaminhar ao TCU, ao Ministério dos Transportes e à ANTAQ o posicionamento tomado pelo Conselho, encaminhando os documentos ao Cons. Sergio e permanecendo a proposta do Cons. Frisoli, de publicação pelo CAP através de doação do SINDOP, na hipótese de eventual não atendimento à solicitação pela APPA*** após análise dos documentos pelo Cons. Sergio. **Cons. Frisoli:** destaca que já passou boa parte do ano de 2005, e tem algumas resoluções solicitadas pela própria APPA, tais como a do Regulamento Safra e da Dragagem de Antonina, que estão sendo cumpridas e não foram publicadas, por esta razão insiste pela sua proposta de publicação através do CAP. **Presidente:** agradece as colocações do Conselheiro, solicitando ao mesmo que se aguarde os encaminhamentos para posteriormente se for o caso, tomar esta iniciativa. **Conselheiro Ozell Moura dos Santos:** pergunta ao Presidente como estariam as instalações da Receita Federal que deveriam estar quase concluídas na



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 420-1142 - Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

APPA e como estaria a disponibilização de mais funcionários para auxiliar os trabalhos da Secretaria do CAP. **Presidente:** esclarece que A questão da Receita Federal será pautado para Assuntos Gerais, já que o representante da mesma está presente e poderá auxiliar nesta abordagem, em relação à disponibilização de funcionários para a Secretaria do CAP, lamentavelmente isso não ocorreu. Houve encaminhamento por diversas vezes de ofício à Superintendência, que recentemente respondeu através do Ofício 470/05-APPA, o qual foi lido pelo Secretário, que disponibiliza a servidora Sonia Regina para auxiliar nesta reunião, justifica a indisponibilidade de servidores no quadro da APPA e coloca dos esforços da Administração para a realização de Concurso Público para a contratação de pessoal. Dá seqüência à pauta: **4 - POSICIONAMENTOS SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES INTERNAS DO CAP: 4.1 - Comissão Tarifária, Orçamentária e de Investimentos Portuários - Relatório sobre a questão do Recolhimento ISS da APPA junto à Prefeitura de Paranaguá e das Dívidas Tributárias e Previdenciárias da APPA (Ofícios 296 e 298/05-APPA) - Relator Cons. José Roberto Almeida Corrêa:** faz leitura e explanação do Relatório 03/2005 de sua Comissão que propõe o encaminhamento dos Ofícios aos Conselheiros para conhecimento e análise. **Cons. Frisoli:** questiona ao Cons. José Roberto e ao representantes da APPA, como estão os passivos trabalhistas da APPA, pois em ocasião que pela FENOP esteve no TST, casualmente constatou ações tramitando neste, principalmente a dos Arrumadores que é de grande monta e que havia tido um acordo que posteriormente não se concretizou. **Cons. Sergio Botto de Lacerda:** esclarece que há uma ação rescisória tramitando sobre esta questão dos Arrumadores, sendo que quem atua na defesa dos interesses da APPA é o Dr. Indalécio Gomes Neto, que foi Presidente do TRT, foi Ministro do TST, hoje é advogado, contratado especialmente para este assunto. Nesta ação se discutem duas questões: não só a circunstância de que parte do que se pleiteou na ação não é devido, mas também a circunstância de que a APPA não se submete à execução direta, mas sim à execução mediante precatório requisitório por ser uma autarquia. É uma ação que envolve em torno de R\$ 200 milhões, e que no início deste Governo se ressuscitou a ação rescisória, já estava ajuizada há bastante tempo, há uma medida cautelar deferida pelo TRT suspendendo os efeitos da sentença, de modo que isto está concluso ao Relator, não havendo decisão ainda a respeito desta matéria. **Cons. Frisoli:** agradece o esclarecimento do Cons. Sergio e gostaria de saber se haveria informações sobre outras ações trabalhistas pendentes. **Cons. Sergio:** esclarece que em relação ao acordo com os Arrumadores, de fato em determinado momento se tentou tal acordo paralelamente à discussão processual, mas se constatou que grande parte dos trabalhadores já teria cedido seus direitos a inúmeros advogados, de modo que a complicação se tomou grande devido a esta circunstância. Em relação à existência de demais ações trabalhistas, solicita que a Dra. Stella - Procuradora da APPA, preste maiores informações. APPA - **Stella Maris de Figueiredo Bittencourt:** coloca que em relação à ação trabalhista explicitada pelo Cons. Sergio, trata-se de uma ação na qual os Arrumadores pediam vínculo empregatício com a APPA, mas como são TPAs não houve reconhecimento desse vínculo. Já foi obtido êxito em primeira instância acreditando que também assim será no TST, pois a ação está muito bem cuidada pelo escritório do Dr. Indalécio, como muito bem mencionou o Cons. Sergio. Sobre novas ações trabalhistas, relata que a atual Administração recebeu das administrações passadas um passivo trabalhista de quase R\$ 300 milhões, mas graças à atuação dos atuais advogados trabalhistas como a Dra. Tatiana e o Dr. Cristiano, houve uma redução deste passivo através de defesas bem elaboradas, passando a haver um respeito à APPA pela Justiça do Trabalho, mudando uma imagem até então existente e buscando resolver os problemas trabalhistas como a própria questão



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 420-1142 - Fax (41) 420-1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

da redução das horas extras, que embora entendida pelo trabalhador como redução de salário, são prejudiciais à saúde. Existe uma ação do Ministério Público do Trabalho determinando a redução das horas extras por parte da APPA, que já reduziu em 60% na atual administração com a implantação do turno de 6 horas e várias outras medidas. A própria CLT determina que o número máximo de horas extras que poderá ser exigido do trabalhador é de 2 horas, acima disso é considerado prejudicial à saúde do trabalhador. Assim sendo e diante dos fatos, há a exigência legal da redução de horas extras, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 a ser paga pela APPA. Conclui dizendo que o passivo trabalhista foi reduzido em torno de 50% nesta Administração, e que existem também ações cíveis tomadas pela atual Administração na tentativa de reaver créditos, que estavam engavetadas e resultam em aproximadamente R\$ 150 milhões. **Conselheira Maria do Socorro de Oliveira:** disse que sobre as questões das horas extras, gostaria de fazer um reparo, com relação as palavras da Dra. Sella. Que temos um chão de fábrica na APPA. Pois o que se viu, no ano passado, quando fizeram uma redução de horas extras, que houve redução de receita. A título de que se teria de reduzir o ganho do trabalhador, sobre o aspecto jurídico, mas no aspecto operacional o que aconteceu foi que o caixa do porto perdeu uma "paulada" de dinheiro. Pergunta o seguinte: se vamos parar a operação, por que não se pode fazer horas extras?, aí se deixa de atender o navio, deixa de atender o usuário. A Cons. acredita que essa equação tem que ser resolvida de outra forma. Uma vez que estão comentando que o Porto não é mais Porto 24 horas. Será porto 18 horas, 16 horas. Pensa que, se a APPA está com problemas no Corredor de Exportação, que não será mais 24 horas. O Porto diz para o usuário: você tem que atuar 24 horas. O teu caminhão não pode ficar no Pátio de Triagem. Tem que sair do Pátio de Triagem. Tem que acompanhar o movimento da prancha. Pensa que a questão da hora extra, tem que ser feita baseada nos resultados do Porto, na necessidade de se ter um Porto Público atuante, e também vendo se o quê se está economizando com o trabalhador e o que está deixando de entrar no caixa. Disse que não está falando de horas extras frias, virtuais, etc. mas sim de gestão de negócio. O porto tem que ter uma visão jurídica, mas tem que ter uma visão de negócio. Se não tiver uma visão de negócio de sua própria finalidade, como um gerador de riquezas, e se ficar nessa visão pequena, tem que reduzir, porque tem que fazer 40 horas extras. Não importa se é 40, 100 ou 1000. Importa o que necessita para a gestão do negócio. Essa é a questão que gostaria de colocar em plenário. Não tem dados mas gostaria de levantar esses dados porque acredita que a APPA está perdendo nessa gestão de negócios. **Presidente:** sugere que face à complexidade do assunto, este fosse pautado para uma próxima reunião, onde tivesse um tempo maior para reflexão. **Cons. Frisoli:** declara-se satisfeito com as explicações dadas pelos representantes da Administração do Porto. **Cons. Sérgio:** coloca quando for discutido o assunto, seria interessante trazer à tona as convenções coletivas que foram firmadas e versam sobre esta questão das horas extras, para conhecimento de todos. **Conselheiro Zulfiro Antonio Bósio:** coloca que este assunto também está relacionado com sua Comissão, que é de Atração de Cargas, que terão reunião da Comissão neste dia e pautarão o assunto. Coloca que não será aceito pelas entidades que representa o retrocesso do Porto operar ou funcionar 16 horas, ou outro horário que não seja de 24 horas. **Dra. Stella - APPA:** esclarece que desconhece de onde tenha saído esta informação do Porto não operar 24 horas, que isto está fora de cogitação, tranquilizando ao Cons. Bósio que o que está sendo feito é uma readequação das escalas, para acabar com as horas extras desnecessárias, visando a própria saúde do trabalhador. **Presidente:** complementa esclarecendo que para isso acontecer, também teria que passar pelo CAP para homologar o horário de funcionamento do Porto. Coloca ainda que o assunto horas extras será pautado para uma próxima reunião, após inclusive

da abordagem da questão pela Comissão de Atracção de Cargas. Em relação ao Relatório da Comissão sobre o recolhimento de ISS da APPA junto à Prefeitura, o CAP entendeu que este assunto não está concluído, **desta forma, será feita a distribuição dos Ofícios da APPA aos Conselheiros para conhecimento e análise, retornando ao assunto na próxima reunião.** Conselheiro José Baka Filho: indaga ao Cons. José Roberto se teria sido feito algum levantamento sobre a questão da dívida de ISS. Cons. José Roberto: esclarece que a comissão entendeu por bem não entrar neste mérito, em razão desta questão. Presidente: dá sequência à pauta no item **4.2 - Comissão de Operações Portuárias e Pré - Qualificação de Operadores Portuários - Relatório sobre a análise da Ordem de Serviço 036/05 - APPA, que trata do Regulamento de Programações, Atracções e Operações de Navios - Relator Conselheiro João Gilberto Cominese Freire-** Faz a leitura e explanação do Relatório 03/2005 da Comissão que sugere o encaminhamento da matéria à Comissão de Regulamento de Exploração Portuária, para revisão e alteração do artigo 36 do Regulamento de Exploração, no qual consta que compete à APPA baixar tal Regulamento dando conhecimento ao CAP, o que foi feito. Ocorre que no passado quando estas Ordens de Serviço eram expedidas, dava-se conhecimento ao CAP com tempo suficiente para encaminhamento à Comunidade Portuária, que reunia-se para acertar dúvidas e questionamentos. Fato este que não ocorreu nesta oportunidade, por isso a Comissão sugere a alteração do referido artigo, para que haja maior participação ao CAP e à Comunidade Portuária nos assuntos que norteiam tais Ordens de Serviços. Destaca que quando da confecção do Regulamento de Exploração dos Portos pelo CAP, baseado em instruções do Ministério dos Transportes, foi dada esta flexibilidade e competência à APPA, que sempre soube usar muito bem. Cons. Sérgio: indaga ao Relator se esta sugestão da Comissão contempla a observância do contido no artigo 33, inciso XI da Lei Federal n.º 8.630, que diz: "Compete à Administração do Porto autorizar previamente, ouvidas as demais autoridades do porto, a entrada, a saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e tráfego de embarcações na área do porto, bem assim, a movimentação de carga da referida embarcação, ressalvado a intervenção da Autoridade Marítima na movimentação considerada prioritária em situações de assistência e salvamento de embarcação". Esclarece que destaca isto, em função que em eventual modificação do Regulamento, terá que observar esta norma da lei federal. Cons. Frisoli: destaca que no parágrafo primeiro do artigo 30 da Lei 8.630, consta entre as suas competências, a de baixar o Regulamento de Exploração Portuária, e é neste sentido a sugestão da Comissão. Cons. Maria do Socorro: Com relação ao Regulamento de Exploração do Porto, disse que participou de sua confecção e tem a impressão que, hoje, no CAP, é a única Conselheira que está no Conselho desde a sua criação. Disse que o CAP não foi constituído antes de se aprovar o Regulamento de Exploração do Porto. O Governo Federal enviou, na ocasião, um modelo de Regulamento. O CAP considerou que não lhe caberia elaborar as Normas de Atracação, Desatracação porque no Colegiado há todo o tipo de interesses. E que a APPA, como uma Autoridade Portuária, deve fazer isso dentro dos interesses públicos. Ao longo dos anos, a APPA fez o Regulamento e mandou para o CAP e o CAP analisava. A APPA analisava se as propostas tinham um sentido público, e então mudava. Se não tinha sentido público, não mudava. O que ocorreu, dessa vez, foi que a APPA considerou que não tinha que mandar para o CAP. O conhecimento público dito, no Regulamento, foi entendido. A APPA cumpriu, porque dentro do Regulamento está escrito. Um conselheiro pode tomar conhecimento até pelo jornal. Pede, então, que se avalie como é que está sendo posto no Regulamento, sem que tire da Autoridade Portuária o poder de fazer os Regulamentos de Atracação e Desatracação. Só que a relação entre o Conselho e a APPA é que precisa ficar mais clara. Presidente:



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 420-1142 - Fax (41) 420 - 1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

destaca que tem que se levar em conta o fato do assunto ter vindo à pauta não em virtude de encaminhamento pela APPA, mas por ter sido conhecido através do site. **Cons. João Gilberto:** coloca que o termo dar conhecimento é muito amplo, a sugestão da Comissão é resgatar a participação da Comunidade Portuária através do SINDOP/SINDAPAR na discussão destas normas que estão ligadas diretamente aos Operadores e Armadores, sem tirar da APPA sua responsabilidade legal avalizada por este CAP. **Conselheiro Michael Martins da Silva:** Entende ser importante citar exemplos recentes onde a própria Autoridade Portuária convida o Usuário para revisar e formular normas e critérios de atracação. Em São Francisco do Sul foi formalizado uma comissão através do CAP para todos os segmentos representativos participarem, discutindo e formulando em conjunto uma norma revisada e atualizada, com conceitos sofisticados de janelas de atracação, de janelas contratadas, homologadas e cadastradas junto à Autoridade Portuária para fins de policiamento das normas estabelecidas. Se este exemplo existe em São Francisco do Sul, assim como em Rio Grande que foi o primeiro, tem que se ponderar estas questões, podendo certamente conciliar interesses. **Cons. Frisoli:** coloca que observando esta Ordem de Serviço, constata-se não ter havido uma atualização e evolução que visasse a competitividade do Porto, O próprio CAP através de Comissão de Atracção de Cargas tomou algumas atitudes como forma de fomentar a atividade portuária e isto não foi contemplado nesta Ordem de Serviço, Destaca que a discussão existe e é salutar para a melhoria do Porto, e é isso que a Administração do Porto não está entendendo. **Conselheiro Ailton Galinari:** Em relação a esta questão da Norma ou Ordem de Serviço, acrescenta que a participação do Usuário é muito importante nesta dinâmica, haja vista a questão do cumprimento da Prancha, ninguém consegue cumprir esta prancha estabelecida na Ordem de Serviço, nem mesmo a própria APPA, com a diferença que a APPA não paga multa por isso e o Terminal paga. Desta forma existe a necessidade de discussão e alteração desta Prancha pois ela é impraticável. **Cons. Ruy:** coloca que tem dedicado juntamente com sua equipe para melhorar a Ordem de Serviços 036. Destaca que as portas de sua Diretoria estão sempre abertas, que tem recebido Operadores, Armadores e outros segmentos sem distinção. Entende que este Conselho tem que pensar no coletivo, e que toda vez que alguém quiser falar de prancha, escala de navio, embarque e desembarque, estão convidados publicamente desde já para comparecer juntamente à sua Diretoria para isto. **Presidente:** Entende ser salutar o Conselheiro disponibilizar a sua Diretoria para discutir o assunto, porém este representa a Administração do Porto neste CAP. Assim sendo, indaga se haveria possibilidade da APPA oportunizar uma discussão mais ampla desta matéria junto à Comunidade Portuária com possíveis aditivos a estas normas. **Cons. Frisoli:** destaca e elogia a boa vontade demonstrada pelo representante da APPA, mas lembra que na última reunião, fez a leitura de uma correspondência encaminhada pela Superintendência da APPA ao SINDOP, deixando bem claro que qualquer discussão de assuntos deveria ser direto com a Superintendência. Assim sendo, com todo o respeito que tem pelo Cons. Ruy, sabendo que atende e recebe as pessoas, esclarece que os assuntos têm que ser tratados de forma institucional, ou seja pela APPA. **Cons. Ruy:** coloca que eventuais atitudes tomadas pela Superintendência deram-se em função de animosidades bilaterais. Dispõe-se a ser porta voz de qualquer proposta de melhor diálogo e aproximação, buscando um consenso e pacificação. **Cons. Frisoli:** declara que neste momento e de público em nome do SINDOP, o qual represente, bem como o representante do SINDAPAR aqui presente, convidam o Cons. Ruy - representante da APPA, bem como o Cons. Sérgio Botto, bem como o Superintendente da APPA, para juntamente com toda a comunidade portuária, debater a O.S. 036, sendo uma honra para o SINDOP/SINDAPAR recebê-los. **Cons. Sérgio:** coloca



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 420-1142 - Fax (41) 420-1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

que concorda com uma discussão e aproximação, não vendo razão contrária a isso. **Presidente:** coloca que *considerando as posições do representante da Administração do Porto, do representante do Governo do Estado e do SINDOP/SINDAPAR, fica estipulado que este último entrará em contato com a Secretaria do CAP, para o agendamento de reunião para discussão da Ordem de Serviço 036/05-APPA*. Indaga ao Cons. João Gilberto a Sra. Xênia que compõe o Grupo de Trabalho para estudo sobre a questão de seguro que está em débito de reflexão neste Conselho, se houve condições de avançar em relação a esta matéria. **Cons. João Gilberto:** relata que houve recentemente um simpósio sobre seguro em Paranaguá, onde surgiram algumas novidades, mas que ainda não estão disponíveis no mercado. Os operadores continuam atendendo da mesma forma às solicitações feitas pela APPA. **Sra. Xênia Karina Arnt - APPA:** Coloca que não pode estar presente neste Simpósio, mas gostaria que lhe fosse passado matérias ou sugestões para avançar neste trabalho. **Cons. Airton Galinari:** destaca que o seguro disponível no mercado não cobre nada, ou seja, se acontecer qualquer coisa, as cláusulas contratuais isentam a seguradora de tudo. Não vê possibilidades de melhorar isto. **Presidente:** destaca que neste grupo de trabalho está sendo discutida a questão do seguro, além do regulamento do pátio de triagem e da classificação de mercadorias. Diante disso, sugere que o grupo de trabalho se reúna e traga subsídios para este plenário na próxima reunião. **Cons. Frisoli:** relata que esta questão de seguro está sendo discutida também em nível de FENOP com a própria SUSEP, e que o grande problema para se tentar fazer uma apólice conjunta e única é o perfil de cada empresa, pois o perfil e risco de um operador privado são diferentes do de um operador público e também de outros operadores privados. Uma apólice única variaria por Porto, pós qualificação de mão de obra, por manuseio, por manutenção de equipamentos, por risco de avaria. Entende que é um assunto que a Comissão irá debater, mas que é um problema está muito além de Paranaguá, é problema técnico dentro da SUSEP e do próprio IRB. A prática adotada por estes órgãos tem sido de avaliação de perfil e risco individual. Existe o problema de apólices que não cobrem nada assim como existem apólices que cobrem de fato os riscos. Enfim trata-se de um assunto bastante complicado. **Presidente:** insiste então que a Comissão se reúna para analisar o assunto. Destaca o fato de o Cons. Luiz Henrique ter justificado sua ausência, mas teria que tomar posse nesta reunião, indagando ao Conselho se poderia ser aceito esta justificativa e dar-lhe posse na próxima reunião, o que foi acolhido e aceito pelo Conselho. Dando seqüência à pauta em seu item **4.3 - Comissão de Acompanhamento das Aplicações dos Fundos - Relatório sobre a análise do Plano Anual de Dragagem - APPA - 2006,7 e 8. (Ofício 310/05-APPA) - Presidente:** informa que a Administração do Porto encaminhou à Secretaria do CAP o Ofício nº 467/05-APPA no final da tarde do dia 20 de julho, acrescentando novas informações em relação ao Plano anual de Dragagem. Solicita ao Cons. Frisoli em substituição ao relator Cons. Adriano Vidal que faça a exposição da matéria. **Cons. Frisoli:** antes de entrar na questão da dragagem, agradece ao documento que foi distribuído pela APPA, que é o demonstrativo da ampliação, recuperação e reforma da infra-estrutura portuária do Porto de Paranaguá, que ele havia solicitado em outra ocasião. Em relação à dragagem, relata que foi apresentado um Plano para até o ano de 2008, no qual foi dividido em o que é manutenção e o que é atualização. Sobre este plano houveram algumas discussões e divergências de opiniões, solicitando-se que fosse enviado ao Governo Federal somente o que trata de recursos federais, o que vem sendo solicitado há tempo, tais como o canal externo da galbeta, canal interno, bacia de evolução, piers, canal de acesso à bacia de evolução da Ponta do Félix, Pediu-se e ficou acertado na reunião que a APPA incluísse esses itens e somente para o ano de 2006. Sendo que, na data de ontem o

Superintendente não acatou o que foi solicitado e ficou tudo da mesma forma. A comissão entendeu uma coisa e Administração do Porto entendeu outra, desta forma não há o que dizer e não teve nem como fazer relatório da comissão. Presidente: Coloca que a expectativa era que fosse apresentado um relatório verbal ou escrito, dependendo da importância do assunto. **Sra. Xênia:** coloca que se não houver uma manifestação ou aprovação deste Plano Anual de Dragagem pela Comissão, não haverá como enviá-lo ao Ministério dos Transportes e o recurso não virá. **Cons. Frisoli:** Relata que na reunião do dia 19 ficou acertada uma situação, era só a APPA refazer a proposta o que não aconteceu, para se elaborar o relatório e distribuir aos Conselheiros. **Presidente:** solicita ao Cons. Admilson que faça a apresentação deste último ofício para que se tenha conhecimento do conjunto dessas informações. **Cons. Admilson Lanes Morgado Lima:** coloca que a APPA praticamente manteve a correspondência anterior com alterações nos calados porque considerou que estavam incorretos inicialmente, principalmente o de Antonina. Quando houve a solicitação da Comissão, foi mais no sentido de que não se fizesse uma situação para triênio e sim para 2006, porém a APPA entende que existe uma necessidade de atualização do canal e isto é de alto custo, de forma que tem que ser feito a longo prazo. **Cons. Frisoli:** destaca primeiramente que há um Contrato de Dragagem preste a vencer, uma licença ambiental que vence em setembro, não há locais de despejo definidos previamente, que são itens que tem influência direta no custo. Segundo se coloca aqui canal de acesso e bacia de evolução da Ponta do Félix com 9 metros, o que não é o que o edital diz. Se não se tem informações de qual será o modelo da próxima licitação, como poderá fazer um Plano de Dragagem para até 2008. **Cons. Admilson:** coloca que é uma formalidade que tem que ser feita anualmente junto ao Ministério dos Transportes. Trata-se de um Plano de Dragagem e os detalhamentos serão feitos na medida em que se finalizar licitação. A licença ambiental é válida até setembro e os procedimentos para área de despejo estão sendo feitos, ou seja, está se tentando cumprir um cronograma preestabelecido. Entende que o Plano certo ou errado tem que ser entregue ao Ministério, seu detalhamento poderá ser feito posteriormente. Presidente: coloca que não poder ser atribuída responsabilidade a este Conselho por eventual demora de aprovação, pois foi alertada com muita antecedência da necessidade do encaminhamento deste assunto para apreciação, muito menos uma informação de véspera de reunião, que é impossível de apreciar. **Cons. Fayet:** entende que todos têm razão, mas que a decisão do Conselho tem que ser pautada em um relatório, desta forma solicita que seja marcada uma reunião do Conselho para apreciar especificamente esta matéria. Embora tenha sido alertado há muito tempo, poderia ser possível conciliar a urgência, mas com a necessidade de um relatório da Comissão, sem o qual não seria possível votar a matéria. **Cons. Frisoli:** coloca que em virtude das circunstâncias, a Comissão sugere que a Administração apresentasse somente o quadro da atualização de dragagem até a coluna 2006 da proposta, que tem valores razoáveis, pois no ano que vem terá que ser mandado para 2007. Desta forma seria encaminhado o que estão precisando e em havendo uma variação seria possível de se cobrir com o fundo de dragagem. Destaca que fazer o que foi proposto pela Administração não é de imediato, porque o último plano plurianual de dragagem foi um estudo do Centro de Estudos do Mar da Universidade Federal, O Plano que se tem aqui foi feito através de dados históricos, mas se quisermos aprofundar um canal, há necessidade de mexer em sobrelargura, aprofundar taludes e isso não é uma coisa simples e breve. Por essas razões é que a Comissão sugeriu que a APPA tivesse enviado parte do Governo Federal até o ano de 2006, o que não foi acatado pela APPA, esta é a situação. **Cons. Michael Martins da Silva:** coloca que conhece esta rotina em outros Conselhos que nesta época do ano tem que apreciar esses Planos. As planilhas em todos os portos são bem

simplificadas e resumidas em termos de quantidade, volume e valor estimado. O que tem que se discutir aqui é o plano para o próximo ano, que tem dois objetivos: informar ao Ministério dos Transportes sobre aquilo que é tecnicamente avaliado como necessário não só como manutenção, mas também como atualização e obviamente uma fonte de recursos federais para prover isso. Destaca que esse é um dos únicos portos que conhece que já tem seu fundo à parte e sua autonomia de custear a manutenção e pequenas atualizações de dragagem. Ao mesmo tempo existem incoerências, pois ao querer encaminhar a Portaria 024 aos armadores do mundo todo, teve que fazer uma colagem de um documento de 1999, um outro de 2003, que são as Normas de Tráfego Marítimo e Permanência nos Portos de Paranaguá e Antonina da APPA e as normas que vem da Capitania dos Portos. Se cruzar dados de determinadas áreas, em primeiro lugar constata-se valores diferentes de profundidade, em segundo, sabe-se que após 15 meses de retorno com o contrato com a Bandeirantes o quadro mudou, mas de fato, de novo só a Portaria 24 que se reporta somente a 3 berços em relação ao porto inteiro. Destaca que há necessidade de Portarias atualizando profundidades, desta forma, solicita à APPA juntamente com a Capitania que elaborem uma versão de ponta a ponta, para mostrar que um determinado navio tem durante o trecho de entrada até o cais específico, um calado contínuo de uma forma que possa oficializar, pois apesar da última portaria, ainda existem armadores receosos em fazer qualquer alteração do que está posto nos outros documentos de 1999. É só uma questão de atualização e não por pedaços, mas por completo. **Cons. Admilson:** destaca que esta correspondência encaminhada à comissão define obras que estão começando agora, serão motivo de liberação de calado somente após o término destas. **Comdte. Francisco Santos Moreira - CPPR:** coloca que a portaria 24 não retrata exatamente a realidade, a Capitania já discutiu isso com a APPA e ficou acordado que a APPA tentaria trazer estas profundidades da portaria, caso contrário a Capitania irá intervir. Quanto ao Plano de Dragagem como um todo, a Capitania participou de reuniões juntamente com outros órgãos, onde foram entregues subsídios de maneira a auxiliar uma nova licitação de dragagem. Oficialmente a Capitania não recebeu este Plano de Dragagem. **Sr. Ogarito Borgia Linhares - APPA:** destaca que existe um prazo expirando para envio deste Plano ao Ministério, que a discussão fundamental é em relação ao calado de Antonina, que tem 6 metros como dado inicial e 8 como dado final contratual, o que evidentemente fecha o Porto de Antonina devido aos 6 metros. A definição de um calado é competência da Administração, evidentemente, obedecendo aos contratos de arrendamento, mas não havendo impedimentos para ampliação deste calado se julgar necessário. Destaca que este plano é plurianual, pois não se tem perspectiva de caixa e nem de vigência contrato para se fazer um plano para um ano somente. **Cons. Fayet:** entende que não se pode fugir da necessidade de encaminhamento de um plano à Comissão, que pode ser de um modelo simplificado, onde são colocados todos os pontos de profundidade, bacia, berços, canal e as etapas, para que a Comissão emita seu parecer, concordando ou contrariando, submetendo ao CAP que emitirá sua posição e encaminhará ao Ministério dos Transportes. Quanto à premência, isto é uma questão de fluxo de agenda que tem que ser previsto pela Administração. Não se pode exigir do CAP que aprove um plano de forma irresponsável, sugerindo uma reunião extraordinária para apreciação da matéria. **Cons. Frisoli:** destaca que na reunião de janeiro em Antonina, alertou sobre a questão da necessidade da apresentação dos documentos, sobre o contrato de dragagem que venceria em julho, sobre o vencimento da licença ambiental, para não cometer os equívocos de 2004 que foi feito às pressas. Com relação à questão de ser plurianual, a Portaria 265/97 do Ministério é clara e se refere a plano anual. Com relação à caixa e dinheiro é oriundo da União Federal. Desta forma entende que a

Administração foi alertada e teve tempo para apresentar, se o CAP entender que sim, a Comissão poderá se reunir para análise e emissão de um relatório. **Cons. Michael:** relata que como colocou há pouco, existem dois documentos que não refletem a realidade, um é da APPA e outro é da CPPR, esperando que sejam atualizados. **Cons. Maria do Socorro:** Pergunta ao Presidente, quais os riscos que se tem, ao não cumprir o prazo? Disse que o que preocupa, é o cumprimento do prazo e que isso deve ser resolvido entre os Conselheiros, porque não adianta, neste momento, buscar culpados, o CAP tem que cumprir prazos. Se realmente for causar prejuízo ao Porto de Paranaguá, então que essa ação fique pronta até o dia 28. **A Sra. Xênia:** coloca que o risco seria a não inclusão no orçamento da União. **Presidente:** destaca que a Administração estava ciente dos prazos e deveria ter encaminhado os documentos com maior antecedência. **Cons. Sérgio:** coloca que este contrato de dragagem em vigor que vence em julho, é extremamente polêmico, foi aprovado pelo CAP e pelo Tribunal de Contas do Estado. A APPA depende do auxílio do CAP e do TCE também para se desvencilhar desse contrato e poder tomar atitudes com relação à dragagem daqui para a frente. Então não se trata só da discussão do plano mas também da questão do contrato. **Dra. Stella Maris - APPA:** coloca que complementando o que o Cons. Sérgio colocou, a APPA está com um imbróglio ocasionado por um contrato mal feito na gestão passada e aprovado pelo CAP. Houveram situações aprovadas pelo CAP, como por exemplo a retirada da dragagem da Ponta do Félix e da maneira como foi feita a dragagem de Antonina que foi por agitação, e a Bandeirantes agora alega que há uma assoreamento acima do normal por aquele tipo de dragagem. O Tribunal de Contas, assim como o CAP, e ANTAQ pressionam, mas trata-se de uma situação herdada pela atual administração, que foi criada pela administração anterior, passou e foi aprovada pelo CAP, destaca que as atas comprovam isso e que necessita do auxílio do CAP para ajudar a resolver esta situação e não atacar a Administração. **Cons. Frisoli:** coloca que isto não é verdade. **Presidente:** coloca que houve até então nesta reunião decisões na busca de convergências, na busca de entendimento e há necessidade de continuar os trabalhos, sem aprofundar debates e acirramento de discussões e ataques, solicitando a compreensão de todos para isto. **Cons. Frisoli:** coloca que existe uma ata da Comissão de Dragagem da reunião de novembro ou dezembro de 2002 estipulando um prazo à empresa Bandeirantes normalizar a situação até o dia 30 de janeiro de 2003, em contrário, dá poderes para a Administração do Porto para rompimento imediato do contrato, isto está na ata. Desta forma o que a Dra. Stella colocou não é verdade, pois este CAP respaldou a Administração atual para romper contrato, entendendo que a verdade tem que ser restabelecida e está lá na ata da Comissão a sua assinatura. **Presidente:** diante das ponderações dos Conselheiros e considerando ainda as novas informações recebidas da APPA sobre o Plano Anual de Dragagem, **o Conselho decidiu que a Comissão se reunirá dia 28 deste mês, sendo que até esta data a APPA instruirá a Comissão através da Secretaria do CAP, no dia 11 de agosto haverá Reunião Extraordinária deste Conselho com fim específico de discutir a aprovação do Plano Anual de Dragagem. Enquanto isto a Secretaria do CAP encaminhará ofício ao Ministério dos Transportes informando o estágio da análise da matéria e das razões da prorrogação do prazo de envio ao Ministério.** Dá seqüência à pauta em seu item 4.4 - **Comissão do Uso Racional das Instalações Portuárias e dos Processos Licitatórios para sua Exploração - Relatório sobre a questão da Construção do Armazém pela ALL no KM.5 - (Ofício 298/2005-APPA)** - Relator **Cons. José Baka Filho;** coloca que não conseguiu reunir a Comissão e solicita a abordagem do assunto para a próxima reunião, solicitando também em virtude do assunto estabelecer discussão direta entre a APPA e a Prefeitura que fosse designado outro relator.

para a matéria. **Cons. Sérgio:** destaca que não há nada contra o Cons. Baka ser o relator, ao contrário, seria oportunidade de se esclarecer a situação. **Cons. Ruy:** coloca que esta questão está pautada na verdade, e se as pessoas aqui dispostas a dizerem a verdade e posicionarem-se a este respeito, serão dirimidas as dúvidas inerentes a este assunto. Conhece bem tanto quanto o Prefeito Baka do que é a questão do KM 5 a efeito do interesse público, não entendendo ser necessário o Prefeito se reservar nesta questão, pois as coisas estão bem claras e bem postas e a verdade prevalecerá sempre. **Cons. Baka:** coloca que sua intenção é facilitar as coisas e não complicar. **Presidente:** destaca que já foi marcada a Reunião Extraordinária para o dia 11 e o assunto poderia também ser abordado nesta reunião. **Cons. Frisoli:** coloca que deveria ser visto se esta área está dentro da área do porto organizado, se não estiver não haveria necessidade do CAP abordar esse assunto. **Cons. Maria do Socorro:** Disse que concorda com o Cons. Frisoli e entende que isso não é um tema para o CAP, pois o KM 5 está fora da área do porto organizado. **Cons. Fayet:** indaga se não seria o caso de tirar esse assunto do conselho, solicitando ao Presidente que fosse questionado aos Conselheiros se haveria oposição à proposta. **Cons. Sergio:** coloca que se opõe à retirada do assunto pois houve uma solicitação formal da APPA e que exige uma resposta, mesmo que a resposta seja simples. **Cons. Ruy :** destaca que é um assunto de interesse público e esta área é importante para esta comunidade e para este porto. **Cons. Frisoli:** coloca que o Bloco dos operadores é favorável à retirada do assunto do CAP e que se faça correspondência informando à APPA. **Presidente:** diante das ponderações dos Conselheiros **decidiu-se pela confecção de Relatório pela Comissão para apreciação na próxima reunião ordinária.** Dando seqüência à pauta em seu item 4.5 - **Comissão de Acompanhamento do PDZPO, informações sobre o PDZPO de Antonina - Relatora Cons. Maria do Socorro de Oliveira:** Disse que Antonina ainda está elaborando o seu PDZPO, e gostaria que alguns de seus representantes estivessem presentes à reunião, porém, infelizmente, por algum problema, não compareceram. Que a Comissão ainda não recebeu o Plano porque está sendo feito pela Prefeitura. Solicita que o assunto seja abordado na próxima reunião com a presença dos representantes de Antonina. **Presidente:** seguindo a pauta em seu item **5 - CÂMARA TEMÁTICA DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO - Aviso Circular 271-A/2005 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Participação do CAP/PR** - destaca que foi recebido convite do Ministério da Agricultura para indicar um representante para esta Câmara e na reunião anterior foi decidido que hoje seria indicado este representante, desta forma consulta ao Conselho sobre quem seria indicado. **Cons. Bósio:** destaca que esta Câmara é extremamente importante para o Paraná e para o país, e só funcionará se tiver legítimos representantes dos interesses dos segmentos. Coloca que como representante do Usuário que é o sustentáculo do Porto e que tem que ser apresentado sim um representante para esta Câmara, apresentando o nome do Cons. Fayet como representante deste CAP. Faz isso não em nome do CEXPAR mas sim em nome da AEB, da qual é Diretor. **Cons. Fayet:** coloca que já representa a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, não podendo ter dupla representação, entendendo que tem que ser indicado alguém deste CAP, pois este complexo portuário é muito importante para o país. Informa também que este foi o único CAP convidado - Após várias sugestões e ponderações dos Conselheiros, **o Conselho decidiu por unanimidade pela indicação do Cons. Sidney Pinto, como representante deste CAP para a referida Câmara Temática.** Seguindo a pauta em seu item **6 - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CAP EM ANTONINA** - Secretaria do CAP. **Presidente:** coloca que ao tomar conhecimento do Ofício encaminhado pela Prefeitura e Câmara de Vereadores de Antonina, solicitou à APPA que se pronunciasse a respeito. A



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel: (41) 420-1142 - Fax: (41) 420 - 1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

APPA encaminhou ofício ao CAP, informando ser favorável ao pleito da comunidade de Antonina e de ter encaminhado o assunto ao Ministério dos Transportes que é o órgão competente para apreciar o pedido. Diante disso e sobre o assunto, pondera que desde que aqui começou, este CAP sempre deu toda atenção e procurou atender a todos os pleitos da comunidade de Antonina. Destacando que o Conselho foi levado à Antonina reunindo-se lá aprovou-se Normas de Pré Qualificação de Operadores Portuários que atende ao Porto de Antonina; aprovou-se decisões sobre dragagem que atende ao Porto de Antonina; tomou-se iniciativa de estimular a APPA a apresentar um PDZPO para Antonina, algo que nunca havia sido feito. Buscou-se estreitamento de relações com a Prefeitura e Câmara de Antonina visando uma interação Porto / Cidade, inclusive tendo o Prefeito como um dos convidados permanentes deste CAP, além do Cons. Juarez que representa aquela comunidade e é um dos membros mais atuantes deste Conselho. Entende desta forma, que não há como dizer que este CAP não esteja atendendo aos pleitos da comunidade de Antonina. **Cons. Sérgio:** coloca que embora as ponderações do Presidente sejam verdadeiras, não há como negar um pleito desta natureza, que faticamente não há como admitir que efetivamente o Porto de Antonina esteja aqui representado, pois há apenas um membro. Isso foi sentido claramente quando das colocações da Cons. Maria do Socorro, das dificuldades em relação ao PDZPO de Antonina, face à inexistência de mais representantes de Antonina nos demais Blocos do CAP. Destaca que esta situação de existir uma única autoridade portuária e vários Conselhos é presente no país, de modo que além de não haver impedimento, trata-se de uma questão de bom senso que se autorize a criação de uma CAP, pois daí efetivamente todos os blocos ou segmentos que lá operam teriam representantes neste novo Conselho. **Cons. Frisoli:** declara que endossa as palavras do Cons. Sergio, acrescentando ainda que são áreas de portos organizados diferentes com Portarias diferentes, colocam que existem alguns sindicatos de trabalhadores de Antonina que não estão aqui representados, assim como operadores portuários também não estão. Porém destaca que tem que deixar claro que, assim como em Portos de Santos que ficam para dentro da baía e pagam pedágio para a CODESP, aqui também teria que acontecer isso, e ainda Antonina teria que custear despesas com dragagem, balizamento e batimetria. Terá ainda que ser feito um OGMO em Antonina, custeado pelos operadores de Antonina. Enfim declara que é a favor do Porto Organizado, do CAP e do OGMO de Antonina, com todos os seus respectivos direitos e deveres. **Cons. Fayet:** coloca-se favorável à criação de uma unidade administrativa e um CAP em Antonina, porém antes de se votar a respeito, entende que seria interessante se criar uma comissão especial para analisar esta matéria, que pudesse conhecer todas as implicações de natureza jurídica e operacional, saber como são estas delegações feitas pelo Governo federal e suas implicações, gerando um relatório deste material para dar subsídio a este CAP. **Cons. Sérgio:** tentando contribuir e sendo prático, coloca que não serão os membros deste CAP a deliberarem sobre a criação de um outro CAP, mas sim ao Ministério dos Transportes. Destaca que o que se está tentando aqui é simplesmente endossar um pleito da comunidade de Antonina e da APPA. **Cons. Frisoli:** lembra que em 1993, na época do Governador Requião, foi solicitado a junção do CAP, não vendo problema algum em separar, de forma que o Bloco dos Operadores é a favor. **Cons. Maria do Socorro:** Quando saiu a Portaria criando o Porto Organizado de Antonina, a Conselheira perguntou para o Cons. Juarez, se eles iriam criar um CAP em Antonina? Ele respondeu que não. Que gostariam de ficar em Paranaguá. Continuando, a Cons. disse que estava implícito que todo o Porto Organizado tem um CAP, só que concorda com o Cons. Frisoli, dizendo que vê que para administrar o Porto, se a APPA já se sente com dificuldades com um CAP, vai ter dois. Serão dois CAPs para gestionar. Acha que para um

administrador gerenciar duas situações, será muito mais difícil. Por outro lado relatou antecipadamente, o voto do Bloco dos Trabalhadores, amplamente favorável à criação de um CAP em Antonina, pelo pleno direito daquela comunidade. **Cons. Fayet:** coloca que talvez o que tenha que se decidir é se este CAP opinará ou não sobre isso, pois se não há ingerência, não há necessidade de polemizar sobre o assunto. **Cons. Baka:** destaca que talvez o fato do CAP de Paranaguá se manifestar a favor, facilite a criação do CAP de Antonina. **Cons. Bósio:** declara que como membro deste Conselho e da Comissão de Atração de Cargas não aceita que digam que Antonina não foi bem representada neste CAP, pois sempre defendeu os interesses daquele porto, declara-se também a favor da criação de um CAP em Paranaguá, assim como é a favor da criação de uma nova unidade administrativa em Antonina. Entendendo que o Ministério é que decidirá essa questão. Coloca ao Presidente que tem que se tomar uma decisão de que futuramente as reuniões deste CAP sejam menos polêmicas, mas práticas e mais positivas. **Presidente:** diante das colocações, sugestões e ponderações dos Conselheiros, **O Conselho decidiu pelo encaminhamento de correspondência ao Ministério dos Transportes, informando que embora este CAP tenha a convicção de que vem correspondendo com suas atribuições e competências legais, notadamente em relação ao Porto de Antonina, a decisão do Conselho foi no sentido de nada a opor ao pleito apresentado pela comunidade de Antonina.** Dando sequência à pauta 7 - **ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ISPS - CODE PELA APPA -** Secretaria do CAP; **Presidente:** coloca que recebeu correspondência da ANTAQ solicitando informações sobre o estágio de implementação do ISPS-CODE do Porto de Paranaguá e para tanto, gostaria de ouvir aos representantes da APPA, ao Conselho e aos convidados para poder responder a correspondência. Faz a leitura da correspondência da ANTAQ: *"Solicito informar o estágio em que se encontram os serviços referentes a implementação das medidas do ISPS-CODE no porto em que Vossa Senhoria responde pela presidência do Conselho de Autoridade Portuária. Deverão ser informados: O último autorizativo em vigor expedido pela COMPORTOS, se Termo de Aptidão ou Declaração de Cumprimento. Destacando: - 1 - Orçamento previsto para implantação total do plano; 2 - Situação dos repasses de recursos financeiros do Ministério dos Transportes de haver, indicando valores, datas dos repasses e quanto já foi aplicado; 3 - Data prevista para a conclusão com revista à obtenção da declaração de cumprimento expedida pela COMPORTOS. Atenciosamente, Augusto Galvão Rogério de Souza - Superintendente de Portos"*. Destaca que precisa destas respostas. **Sra. Xênia:** coloca que não tem conhecimento deste ofício mas pode prestar algumas informações quanto ao andamento porque acompanha alguns trabalhos relacionados ao ISPS. **Presidente:** destaca que precisa caracterizar que qualquer informação recebida será oficial e formal da APPA, e que será encaminhada ao Superintendente da ANTAQ. **Cons. Sérgio:** coloca que seria interessante encaminhar correspondência formal à APPA sobre os questionamentos. **Presidente:** destaca que esta foi encaminhada em data de 04 de julho, fazendo a leitura do ofício do CAP (arquivado na Secretaria). **Dra. Stella Maris:** coloca que tentaria contribuir, destaca que como todos sabem o ISPS comporta fases, informa que a APPA vem cumprindo todas as etapas, inclusive fazendo hoje a abertura da licitação para aquisição dos equipamentos. **Presidente:** coloca da necessidade das respostas e indaga se a Dra. Stella poderia fornecê-las. **Dra. Stella:** informa que a APPA tem no momento o Termo de Aptidão, que os recursos totais para implantação são de R\$ 4,5 milhões, que embora os recursos federais previstos sejam de R\$ 3.5 milhões, até o presente momento não houve repasse de valores do Ministério dos Transportes e, se não houver impugnação da licitação hoje aberta, a data prevista para conclusão é de 3 meses a partir da homologação e contratação, ou seja

em outubro. Presidente: agradece às informações e indaga ao representante da CESPORTOS poderia contribuir com o processo. **Sr. João Augusto C. Santos - Polícia Federal:** informa que somente está representado ao Dr. Fabiano que está de férias não podendo acrescentar maiores informações. **Comdte. Francisco Santos Moréia - CPPR:** coloca que no mês de julho foram feitas inspeções em vários terminais, ainda não teve acesso aos relatórios, mas destaca que a implementação do ISPS-CODE pela APPA está bem atrasada, pois o primeiro prazo era dezembro, postergado por mais 6 meses, embora exista um planejamento que está sendo executado, mas de forma lenta, isto comparando com os demais portos e até com os terminais privados de Paranaguá e Antonina. **Dra. Stella:** destaca que talvez em outros portos a União tenha repassado valores, mas o problema aqui não foi valores, esclarecendo que houve problemas na licitação, houveram duas licitações com impugnações judiciais indevidas que atrasou todo o processo. Esta é a terceira licitação e esperamos que com sua abertura hoje se possa contratar, finalizar e conseguir esta certificação. Acha importante que se diga isso, porque os relatórios destacam que o Porto de Paranaguá não está cumprindo com o ISPS, mas não se dizer que está faltando só a última fase. **Comdte Francisco Santos Moreira - CPPR:** destaca que colocou que está sendo implantado, mas ao mesmo preocupa-se com a questão do prazo que não está sendo cumprido e em se tratando de uma convenção internacional é preocupante. **Cons. Fayet:** registra que esta questão tem sido tratada na Comissão Portos, inclusive com o Ministério da Justiça. Destaca que o Porto de Paranaguá foi o primeiro a ter um programa aprovado pelo seu CAP, inclusive com destinação de recursos próprios, com previsão de que se houvesse a possibilidade de repasse federal, o Porto se habilitaria e, se não houvesse, honraria com recursos próprios extra tarifários que tem para esta questão. Coloca que há uma preocupação crescente no sistema de navegação internacional, principalmente após os acontecimentos de Londres em relação ao crescimento dos movimentos terroristas internacionais. Segundo informações recebidas, a expectativa é de que haja uma reformulação futura em nível internacional para ampliar o sistema de segurança. Presidente: dá sequência à pauta em seu item **8 - ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU, EM DECORRÊNCIA DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO DA ANTAQ** - motivado pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Câmara dos Deputados e encaminhou a este CAP para conhecimento das decisões que tomou. Destaca que neste Acórdão é mencionada a questão da necessidade de publicação dos atos deste Conselho e que, embora pudesse ouvir alguma manifestação dos Conselheiros, este documento foi enviado somente para dar conhecimento, não necessitando de resposta ou encaminhamento. Segue na pauta- item **9 - INFORMAÇÕES SOBRE BALANÇAS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DEFENSAS, BOWL-THRUSTERS** - destacando que foram informações solicitados pelo SINDAPAR na última reunião e gostaria de saber se os representantes da APPA teriam informações sobre os assuntos. Cons. Admilson: informa que foi assinado ontem pelo Superintendente o Contrato para instalação de manutenção das defensas, devendo começar os serviços em breve; sobre as balanças, estão sendo adquiridas duas novas que nos próximos dias serão instaladas e quanto ao Bowl - Thruster informa que ainda não tem uma posição definitiva. Cons. Frisoli: coloca que a questão das balanças está gerando um atraso muito grande com perda de produtividade devido a esta fila de pesagem na saída. Indaga se não seria o caso de se estudar uma alternativa temporária para melhorar a produtividade, pesando nas balanças que eram externas. Destaca que a questão de desvio de produto é problema de polícia, mas a questão operacional está com entrave muito grande, ocasionando o fato de caminhões não estarem mais dispostos a operar dentro do porto pela espera para pesar. Entende que este é um

problema grave, para tanto solicita que a APPA tente uma medida provisória para solucionar este problema. **Cons. João Gilberto:** concorda com as colocações do Cons. Frisoli, é preciso resolver os problemas da balança, sugere que se não for possível liberar o fertilizante pelo risco, que se libere a carga geral, para desafogar um pouco este fluxo, pois não está sendo possível cumprir as pranchas estabelecidas pelo porto. **Cons. Michael:** coloca que se falou muito sobre a vida de um navio grande - o Monte Rosa, que está aqui hoje, já que vem sempre na quinta-feira, trata-se de um navio sofisticados com força de bowl-thruster e extern-thruster não só para auxiliar nas manobras mas também para eliminar riscos de correntezas, ventos e tudo mais. Entende que não se tem que falar muito sobre isso, mas relata que este navio está atracando em Santos, onde tem correnteza no estuário, sem nenhum rebocador. Este navio tem 275 metros de comprimento, 65.000 toneladas de porte e tudo mais. Sua pergunta é quando é que se teria um pronunciamento sobre isso, já que está em pauta há quase um ano. **Cons. Frisoli:** coloca que o próprio Cons. Mauro declarou neste CAP por diversas vezes que o berço do TCP tem condições de utilizar este recursos, isto é um atrativo, um custo de rebocador a menos para o armador, é compatível, pois o TCP tem laudo técnico que pode utilizar, então que se libere onde pode. **Cons. Maria do Socorro:** coloca que o Bloco dos Trabalhadores também pensa desta forma e entende que tem que se ter uma resposta para o armador, não se pode continuar assim. **Cons. Bósio:** coloca que como membro da Comissão de Atracção de Cargas e empresário tenta vender a imagem do porto lá fora, mas para isso tem que se dar condições a quem interesse de trabalhar e vir para este porto, desta forma, solicita que se faça o que tem que ser feito para liberar a utilização do equipamento. **Sr. Luiz Fernando Mazzitelli - SINDAPAR:** em relação ao bowl-thruster e às colocações do Cons. Frisoli, destaca que recentemente houve a liberação do berço 217 que são os dolphins, onde só tem água dos dois lado e não existe o cais, e que salvo alguma colocação da APPA, no seu entender este berço poderia ser liberado para uso do equipamento. **Sr. Ogarito - APPA:** relata que quando esta administração assumiu havia uma ordem de serviço proibindo o uso do bowl-thruster, em função do berço 215 ter apresentado uma avaria que custou cerca de R\$ 85 mil, causada por uso do bowl-thruster naquela área. Foi consertado, mas entendeu os dirigentes do porto naquele momento que deveria ser proibido porque o histórico era de avaria. Desta forma coloca que o que se discute na verdade é uma questão de segurança do cais, pois a avaria causada pelo bowl-thruster no berço 215 poderia ter comprometido a própria operação do terminal que tanto queremos que movimente da melhor forma possível. Entende que a discussão do bowl-thruster é séria e não pode ser do "acho", tem que ser estudada com enfoque técnico aprofundado e de segurança, não com visão eminente contábil, o custo do berço interrompido é o que tem que ser levado em conta nesta discussão. **Cons. Frisoli:** solicita formalmente que a APPA apresente os laudos técnicos, que estão sendo solicitados há mais de 3 anos. **Presidente:** indaga aos representantes da APPA sobre o que o Conselho pode contribuir para resolver esta questão. **Cons. Michael:** entende que esta colocação sobre esta questão de segurança é muito limitada, e só contempla patrimônio terrestre, e destaca que qualquer navio de sua companhia que estiver num momento de emergência, por falha de rebocador, por de vento, algum descuido ou embaraço na manobra, vai usar o bowl-thruster mesmo que seja multado aqui neste porto, pois é um recurso de segurança do próprio navio também. Relata que é o único porto nesta costa que tem esta restrições, existem portos que tem paredões mais velhos que os que tem aqui na APPA. **Cons. Maria do Socorro:** gostaria de solicitar uma resposta do porquê que está se perdendo carga por coisas dessa natureza, se é ou não questão de segurança e porque sempre nos reunimos aqui e nunca se tem uma resposta. **Cons. Frisoli:** sugere que se faça uma resolução

solicitando que através dos Funmar ou Infracais se contrate uma empresa para fazer um laudo técnico para resolver de vez esta questão. Cons. Sérgio: entende que o problema é de responsabilidade, há uma polêmica sobre se isto põe ou não em risco a segurança do cais, só que quem autoriza e assume a responsabilidade por isso é a autoridade portuária. Acredita que a própria APPA tenha condições de esclarecer com dados técnicos qual é a real situação do problema. Não há necessidade de contratar, a APPA tem condição de responder de forma segura, na dúvida é melhor não assumir um risco. **Dra. Stella:** destaca que o parecer técnico foi o que fundamentou a decisão da época, mas não há problema em esclarecer isto novamente. **Cons. Carlos Alberto S. Calvo:** como forma de auxiliar o Cons. Admilson, destaca que não há necessidade de fazer este levantamento em todos os berços, mas prioritariamente, nos berços 2, 9 e nos berços do contêiner que são o 215 e 216, já que o 217 é dolphin. **Presidente:** diante das colocações e considerações dos Conselheiros **decidiu-se pautar o assunto para a reunião extraordinária do dia 11**, em seguida dá sequência à pauta em seu item **10 - RELATÓRIOS GERENCIAL, OPERACIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA APPA e INFORMAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DO SISTEMA DESEMPENHO PORTUÁRIO - APPA-ANTAQ - RELATÓRIO GERENCIAL DO PORTO DE PARANAGUÁ - Movimento de Mercadorias:** Granéis Sólidos Exportação: 1.286.309ton. Granéis Sólidos Importação: 562.713ton., Granéis Líquidos Exportação: 361.092ton. Granel Líquido Importação: 73.038ton. unidades. Contêineres Exportação: 17.712(T.E.U.). Contêineres Importação: 17.198 (T.E.U.). Movimentação de Veículos Exportação: 7.847 Movimentação de Veículos Importação: 113 unidades. **RELATÓRIO GERENCIAL DO PORTO DE ANTONINA:** também distribuído a todos os Conselheiros a esta Secretaria: Exportação 51.146 toneladas. Importação: 45.515 toneladas **DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS** relativos ao mês de Julho: **PROMAR:** Aplicações e Gastos Licitados e Comprometidos até o presente: R\$ 5.009.211,33 Projetos em Licitação, total até o presente: R\$ 221.054,50, **PROPORT** - Aplicações e Gastos Licitados e Comprometidos até o presente: R\$ 45.653.899,56. Projetos em Licitação até o presente: R\$ 3.887.141,00, **PROSILO** - Aplicações e Gastos Licitados e comprometidos: R\$ 39.745.507,78, Projetos em Licitação R\$ 756.471,57. Representantes da APPA; **Cons. Ruy:** coloca que o relatório foi distribuído aos Conselheiros e são auto explicativos e sobre o sistema de expansão, destaca que já se reportou ao assunto anteriormente. **Presidente:** volta à pauta no item **11 - RELATÓRIO GERENCIAL DO OGMO** - que foi distribuído, é auto explicativo e não há comentários a respeito, **II - EXPEDIENTE: 1 - COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS DO MÊS; Correspondências Expedidas; Correspondências Recebidas; III - ASSUNTOS GERAIS:** - **Presidente:** destaca que tem como assuntos gerais a questão das instalações da Receita Federal e o pedido para que os blocos indicassem os componentes das Comissões Internas, o que até agora não ocorreu. **Sr. João Batista Firmiano - Receita Federal:** com relação à Receita Federal e APPA informa que existe uma legislação que obriga os recintos alfandegados dos Portos, em caráter nacional, colocar à disposição da Receita o local e equipamentos que dê suporte ao trabalho. A preocupação da Receita é a segurança fiscal aduaneira. Está reativando sua presença na faixa portuária. Destaca que as exigências do ISPS-CODE já eram feitas pela Receita há mais de 10 anos, exigindo dos terminais e dos portos a instalação de câmeras, colocação de guardas e todo um aparato para a segurança fiscal e do porto de maneiro geral. Relata que a APPA tem solicitado sucessivamente prorrogação para colocar a disposição da receita todas estas exigências. Em agosto será feita uma reavaliação com apresentação de relatório a superintendência da Receita verificando até que ponto a APPA tem atendido a essas exigências, e não tem atendido totalmente como em outros recintos alfandegários.

não só em Paranaguá assim como em Antonina. Esse relatório tão logo terminado poderá ser disponibilizado ao CAP. **Conselheiro Ozeil Moura dos Santos:** destaca que seu questionamento era justamente neste sentido, que há mais de 8 meses a APPA ficou de regularizar esta situação e que até agora não regularizou. Sua outra colocação é que gostaria de propor ao Colegiado a aprovação de um voto de louvor ao ex Conselheiro Arivaldo Barbosa José, do bloco dos Trabalhadores que durante o tempo em que aqui esteve sempre defendeu os trabalhadores com suas propostas simples e foi um Conselheiro entusiasta, batalhador, defensor de seu bloco. Desta forma propõe um voto de louvor que se aprovado for, fosse encaminhado um ofício a ele cumprimentando-o pelo seu trabalho tão bem desempenhado neste CAP. **Presidente:** indaga aos Conselheiro sobre alguma outra manifestação e da concordância com a **proposta do Cons. Ozeil, a qual foi aprovada por unanimidade e desta forma, será encaminhada correspondência de voto de louvor ao ex Cons. Arivaldo** Cons. **Michael:** coloca em relação a uma pendência, sobre a questão do horário de funcionamento do porto naqueles celebrados feriados que até então não tem conhecimento se houve alguma comunicação da APPA. **Presidente:** informa a situação aos representantes da APPA e embora não estivessem presentes neste CAP na época, questiona se teria alguma informação a prestar. Cons. **Ruy:** coloca que se dispõe a reunir-se com a Superintendência juntamente com o pessoal da operação, para deliberar sobre o assunto com a maior brevidade possível. **Sr. Luiz Fernando – SINDAPAR:** gostaria de saber sobre a questão do balizamento de Antonina que continua com navegação noturna proibida, se haveria alguma posição ou perspectiva de restabelecimento. Aproveita o momento para saber alguma posição sobre as certidões de descarga. Cons. **Ruy:** coloca que sobre o balizamento, em razão da necessidade de troca e manuseio de baterias que são bastante pesadas, optou-se pela aquisição de novas lanternas com durabilidade muito maior, o que está sendo preparada a licitação, acreditando se resolver a situação em breve. **Comdte Francisco – CPPR:** relata que deve ser novidade até para o Conselheiro, ontem foi feita uma inspeção nas bóias e a princípio estão em condições e totalmente acesas, estão sendo feitos estudos finais para determinar condicionantes da bacia de manobra, acreditando que até o final de semana poderá ser liberada o canal. **Dra. Stella – APPA:** coloca que em relação às certidões de descarga, este assunto está no jurídico da APPA e está sendo feito uma auditoria porque está sendo feito um cotejamento entre o controle feito pelo porto e o controle feito pelo sindicato dos conferente e o que é feito pela própria empresa, sendo que alguns números não estavam batendo, principalmente em relação a varredura. Isto nos causou preocupação, pois não poderá ser certificado algo que não corresponde aos números, de forma que as certidões estão demorando e só serão liberadas após esclarecido o porque das divergências. Trata-se de um assunto sério e que pode implicar responsabilidade de uma série de pessoas, inclusive das empresas, então até como forma de proteger a todos, está sendo feito esta auditoria. Cons. **Frisoli:** entende que deveriam ser liberadas as certidões que não são conflitantes para não penalizar quem trabalha certo. **Dra. Stella:** destaca que a intenção não é penalizar ninguém, mas sim resolver esta questão e há problema nas certidões de todos os usuários. E é um problema sério este o de varredura. **Presidente:** Destaca que o CAP recebeu o convite para as festividades dos 357 anos de Paranaguá, ao qual agradece e parabeniza a cidade. Cons. **Baka:** convida a todos para as festividades de aniversário de Paranaguá, colocando que os convites foram enviados a todos os Conselheiros. Esclarece que a respeito da polêmica criada sobre a questão da federalização do Porto de Paranaguá, declarando que não é favor disso e que, na eventualidade de vir a acontecer essa suspensão da delegação do porto para o Estado, a Prefeitura se coloca na posição para municipalizar o Porto. Relata que encaminhará



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 420-1142 - Fax (41) 420-1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

ofício ao Ministério dos Transportes manifestando esta posição e espera que tudo isto seja resolvido o mais rápido possível e que o Porto seja próspero e gere emprego e renda para o Paraná e para o Brasil. **Presidente:** Agradece o esforço e compreensão de todos na busca do consenso e unidade nas discussões realizadas, à ACIAP por mais uma vez possibilitar a realização desta reunião neste espaço, Nada mais havendo a tratar encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, e confirmando a 15ª. Reunião Extraordinária para o dia 11 de agosto de 2005, às 9h, tendo eu **Vitor Roberto Muller Bernardi**, Secretário Executivo, lavrada a presente Ata que segue assinada pelo Presidente, demais Conselheiros e Convidados.

CONSELHEIROS:

Hélio José da Silva

Sérgio Botto de Lacerda

Rogério Distéfano

José Baka Filho

Ruy Alberto Zibetti

Admilson Lanes Morgado de Lima

Carlos Alberto Silveira Calvo

Michael Martins da Silva

Carlos Roberto Frisoli

Carlos Gilberto Guadahim Matoso

Leonardo Luiz Vicente

Wilson Moraes da Silva

Ademir Scomasson

Maria do Socorro de Oliveira

Carlos Alberto Martins da Costa

Zulfiro Antonio Bosio

Ozeil Moura dos Santos

Luiz Antonio Fayet

Airton Galinari

Sidney Pinto

José Roberto Almeida Correa

João Gilberto Cominese Freire

CONVIDADOS:

Capitania dos Portos do Pr. - Francisco dos Santos Moreira

FAEP – Nilson Hanke Camargo

APPA – Antonina – Leopoldino de Abreu Neto

OGMO/PR. – Dautro Nascimento

SINDAPAR – Luiz Fernando Mazzitelli

SINDAPAR – Lais Savio

APPA – Paranaguá – Xenia Karina Arnt

APPA – Paranaguá – Stella Maris Bittencourt Figueiredo

APPA – Paranaguá – Ogarito Borgias Linhares

Receita Federal – João Batistia Firmiano

Polícia Federal – João Augusto C. Santos

CEXPARG – Neri Bechhi Dal Prá

APPA – Priscila Pereira Mello

Kelly Frizzo